

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*).

GLÉNISSON (Jean) e GUEROUT (Jean) sob a direção de FAWTIER (Robert). — **Registres du Trésor des Chartes. Tome I. Règne de Philippe le Bel.** Prefácio de Charles Braibant. Paris, 1958. Imprimerie Nationale. LV + 689 pp.

Trata-se da publicação de mais um volume da bela série de Inventários e Documentos sob a direção de Charles Braibant, diretor geral dos Arquivos de França.

Como salienta Braibant no seu prefácio, os Arquivos de França organizaram-se depois da Revolução Francesa. Foram eles o arsenal da Constituinte, a quem estavam diretamente subordinados. Depois passaram para o Primeiro Cônsul e em seguida para o Imperador, com o fim de conservar todos os documentos da administração pública. Atualmente os Arquivos se acham subordinados diretamente ao Ministério da Educação devido a sua missão cultural (fontes primárias da História) concepção que pouco a pouco predominou sobre a sua função informadora. Os professores de História da França acorrem aos Arquivos em busca de dados para suas pesquisas. O mesmo se passa em diversos países, inclusive o Brasil.

No presente caso trata-se da publicação dos inventários de registro de cota JJ 37 a 50 — que continuam a antiga série de “Inventários e documentos dos Arquivos Nacionais” de França — que constituem os mais antigos registros da Chancelaria real e referem-se à segunda parte do reinado de Filipe-o-Belo (1299-1314), do qual Robert Fawtier é o historiador emérito.

A série J dos Arquivos Nacionais de França é constituída pelos **Tesouros de Cartas** da monarquia. Outrora essa documentação estava assim classificada: **Layettes**, Sacos e Registros. As **layettes** eram cofres de madeira onde se guardavam documentos cuja conservação se julgava necessária. Outros documentos eram guardados em sacos. Posteriormente êsses sacos foram esvaziados e o conteúdo classificado em pastas como o Suplemento das **layettes**. As duas séries (**layettes** e sacos) fundidas foi reservada a cota **J**. Os registros receberam a cota **JJ**.

Os registros (JJ) não foram ainda publicados e são em número de 320, mas essa numeração comporta um certo número de lacunas e cópias modernas com números duplicados e assuntos diferentes. Os registros de número 37 a 266 são chamados Registros da Chancelaria da França. Serão publicados e esta obra é o primeiro volume (compreendendo os registros de número 37 a 50).

Fato curioso é o da monarquia capetíngia ter sido uma das últimas a adotar o registro das cartas por ela emitidas, quando sabemos que desde o século XII a Chancelaria apostólica mantinha registros em perfeita ordem. O mesmo acontecia com a Inglaterra desde 1299 (João-sem-Terra), com Frederico II e os reis de Aragão (desde Jai-

(*) . — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente resenha bibliográfica (*Nota da Redação*).

me I). Foi com Filipe-o-Belo que êsses registros começaram a ser organizados em França, constituindo-se na verdade, mais uma coleção de cartas recebidas e expedidas do que pròpriamente um registro organizado, como as outras chancelarias.

Um registro de chancelaria é a transcrição diária de documentos, de atos notariais da chancelaria real. Êsses registros apresentavam os atos reais em ordem mais ou menos cronológica. Essas transcrições continham o texto do documento e a declaração de serem duplicatas, triplicatas, etc., assinatura do notário, nome de quem mandou fazer o ato e eventualmente mencionava-se o sêlo da autoridade mandatária. O fim visado era o de se saber o que fôra feito e também para se evitar falsificações possíveis. Serviam também para substituir os originais perdidos ou para fornecer certidões dos atos legais. Atualmente todos os atos das chancelarias são registrados, mas isso não acontece na Idade Média e assim muitos documentos não figuram nesses registros, com grande pesar nosso.

Com a publicação dêste primeiro volume quis o Arquivo Nacional de França pôr à disposição dos estudiosos uma longa série de documentos inéditos que sômente assim podem ser fácilmente manuseados pelo público em geral. Fazemos votos para que a publicação continue e que outros países imitem a França publicando seus documentos de arquivos para proveito geral.

E. SIMÕES DE PAULA

*

* *

ROGERS (Francis M.). — **The Obedience of a King of Portugal**, translated, with commentary. University of Minnesota Press, 1958, Minneapolis.

O trabalho consiste na tradução comentada da oração de Vasco Fernandes de Lucena, prestando obediência do rei de Portugal D. João II ao papa Inocêncio VIII. Está dividido em cinco partes. Na primeira — O Cenário — que precede o texto, o Autor chama a atenção para as relações entre o papado e os soberanos cristãos na época que seguiu o grande cisma do Ocidente, acontecimento que muito contribuiu para enfraquecer a autoridade pontificia. Êste enfraquecimento coincide também com o desenvolvimento do nacionalismo dos estados cristãos. Os soberanos continuam a prestar obediência ao Sumo Pontífice, mas esta cerimônia torna-se antes uma formalidade e uma oportunidade para os estados ostentarem seu poder e sua riqueza.

Segue-se o facsimile do discurso de Vasco Fernandes e a sua tradução para o inglês (segunda e terceira parte do trabalho).

Na quarta parte o Autor desenvolve seus comentários sôbre o texto. São comentários de natureza lingüística e literária.

Interessa particularmente ao historiador a quinta parte do estudo do professor Rogers, denominado — **Contribuição ao conhecimento** — na qual é analisada a importância da oração de Vasco Fernandes como fonte histórica para três problemas de ordem histórica:

Primeiro — De natureza religiosa. Trata-se do “milagre” da batalha de Ourique. O Autor faz referência a Pereira de Figueiredo e a Frei Fortunato de São Boaventura, ambos impressionados com a autenticidade do testemunho de Vasco Fernandes a favor do milagre. Analisa também a posição de Alexandre Herculano que rejeita o milagre. Conclui o Autor que a tese de Herculano em relação a oração, senão ao milagre, está de acôrdo com o espirito do discurso de Vasco Fernandes.

Segundo — Êste problema é relativo às descobertas marítimas. Diz o Autor que o primeiro estudioso a chamar a atenção, neste ponto, para a oração de Vasco Fernandes foi o prof. Eugène Déprez, da Universidade de Rennes, no VII Congresso Internacionl de Ciências Históricas realizado em Varsóvia no ano de 1933. Mas o professor Déprez concluiu erroneamente que os portugueses haviam dobrado o cabo da Boa Esperança em 1484 e navegado a costa oriental da África na direção de Melinde. Segundo o Autor investigações posteriores levaram o comandante Abel Fontoura da Costa, na sua obra **As portas da Índia em 1484**, a formular duas hipóteses: a). — Vasco Fernandes relatava uma viagem real que era e continua desconhecida dos historiadores; b). — inferia sinceramente das relações da primeira viagem de Diogo Cão (1482-1484) que o descobridor do Rio Congo havia na realidade atingido a costa da África em algum ponto próximo do Promontório Prassum de Ptolomeu, isto é, Diogo Cão havia alcançado o extremo sul do continente e estava na iminência de entrar no Oceano Índico.

Dois fatos importantes apresentados por Fontoura da Costa reforçam a última conclusão: primeiro, a latitude de 13 1/2 graus S. alcançada por Diogo Cão na sua primeira viagem, cabo Santa Maria, Angola, era **grosso modo** a do Prassum Ptolomeu (15 1/2 graus S.); segundo, o extremo limite atingido por Diogo Cão era na realidade mais de 4.500 milhas italianas (1.125 léguas portuguesas) de Lisboa. Além do mais, e isto Fontoura da Costa não salienta, Vasco Fernandes sabia que estava no reino da conjectura pois, para se proteger, acrescenta “se os mais competentes geógrafos estão apenas dizendo a verdade”. Êle insiste também em dizer que os portugueses **quase** alcançaram o famoso promontório.

O Autor chama a atenção para o fato da ação dos protagonistas nos **Lusíadas** começar justamente no local em que Vasco Fernandes afirma estarem próximos os portugueses em 1484. E continua:

Independentemente ou ignorando a obra de Fontoura da Costa, Richard Hennig examinou a revelação de Déprez em Varsóvia. Rejeitou vigorosamente a aceitação literal das palavras de Vasco Fernandes pelo professor francês. Trabalhando apenas com pobre e incompleta tradução francesa da passagem fornecida por Déprez, Hennig citou o príncipe Yusul Kamal que considerava duvidosas as sensacionais novas. Hennig acreditava serem mais do que duvidosas, investigou e chegou, substancialmente, às mesmas conclusões de Fontoura da Costa.

Por conversas em Lisboa e subsequente correspondência com o comandante Avelino Teixeira da Mota, da Marinha Portuguesa, que presentemente está revendo este assunto, supõe o Autor que as conclusões de Fontoura da Costa e Hennig são geralmente aceitas. O problema de Diogo Cão era de longitude desconhecida ou errada, combinado com a insuspeição da extensão meridional do continente africano. Ele evidentemente compartilhava da convicção de sua época que o continente tinha um limite e que era possível contorná-lo e entrar no Oceano Índico. Este não era mais considerado como um lago cercado de terras.

Ambos, Fontoura da Costa e Hennig, aceitaram a expressão **Arabicus Sinussem** sem discussão, entretanto uma olhadela no atlas de Ptolomeu mostra que Vasco Fernandes tinha em mente e disse **Barbaricus Sinus** que corresponde ao recorte da costa oriental africana em cujo centro se localiza Zanzibar. O **Promontorio Prassum** estava situado na sua extremidade meridional, de tal modo que o orador estaria absolutamente certo se tivesse dito “nossos homens, no ano passado, quase alcançaram o **Promontorio Prassum** onde começa o golfo Barbarico. O **Arabicus Sinus**, ou Mar Vermelho estava situado bem mais ao norte.

Continua Rogers, a expressão **Barbaricus Sinus** é apoiada por uma passagem da oração feita em Beja no dia 1.º de março de 1489, pelo doutor João Teixeira, na presença de D. João II, oração que foi publicada em latim, em Coimbra, em 1562 junto com uma tradução por Miguel Soares:

“Diariamente continuamos avançando, tanto que poderemos alcançar o *Promontorio Prassum*, o *Promontorio Raptum* e as próprias areias do Nilo, pelo qual se atinge as origens do Oceano Índico e tanto que poderemos mesmo alcançar o golfo Barbarico (*Sinum Barbaricum*), e mesmo o Mar Vermelho (*Arabicum*) rico em todos os bens da fortuna e ali será enfim coroada tua grande glória e poderosa fama”.

Barbaricus Sinus é sustentada por uma afirmação na oração dirigida ao rei D. Manuel por Pietro Pasqualigo (uma cópia se encontra na coleção James Ford Bell). Falando da extensão da atividade portuguesa, o Veneziano diz:

“tôda a costa externa da Líbia desde o Oceano Atlântico até o golfo Barbarico (*Barbaricum Sinum*) que se situa junto ao Mar Vermelho (Eritreu), foi explorado por sua ordem e comando”.

E' necessário mencionar um último problema de nomenclatura geográfica, diz o professor Rogers. Em qualquer outra parte da oração, África significa África do Norte. A passagem que discutimos é a única onde a expressão é usada para significar tôda a África. Dificilmente em 1485 estaria Vasco Fernandes se referindo a alguma expedição lusitana ao longo das costas mediterrâneas da África e através do Mar Vermelho. Há dois anos que não se realizava mais este feito.

Sôbre este assunto, o notável historiador Damião Peres (**História dos Descobrimentos Portuguezes**, páginas 192 a 196), assim se manifesta:

“Para que o Cabo da Boa Esperança estivesse ultrapassado em 1848, observa Fontoura da Costa, mister se torna supor realizada uma viagem paralela à primeira de Diogo Cão. Porém, se tal viagem tivesse sido secreta, seria ilógico a publicidade dada pelo discurso de Lucena; e, não o sendo, torna-se incompreensível a total ausência de referências nas páginas dos cronistas e roteiristas e a inexistência dos correspondentes padrões. Acresce a tudo isso, que já não é pouco, o fato de sensivelmente discordarem as 4.500 milhas italianas apontadas na *Oração* da distância que verdadeiramente separa de Lisboa o Cabo da Boa Esperança”.

“Concordância quase exata é, porém, a das ditas milhas com a distância a que fica de Lisboa o Cabo do Lobo, bem pouco ultrapassado por Diogo Cão na sua viagem de 1482-1484. Acrescente-se que a latitude do Praso, tradicional cabo situado pela geografia ptolomaica no trôço meridional da costa africana oriental, era aproximadamente a do Cabo do Lobo (cerca de 15 graus de latitude sul). Finalmente observe-se como Soligo (Est. LIII) rematou indefinidamente, em linha sinuosa dirigida para Leste, o desenho da costa explorada por Diogo Cão naquela viagem; sem grande esforço de imaginação, dir-se-ia traduzir-se ali, grãficamente, a convicção de que se alongava para leste, e não para o sul da África meridional”.

“De tudo, a conclusão é só uma: não houve em 1484 ultrapassagem do termo austral da África. Porém Diogo Cão, amarrando-se para o sul depois de assentar o *padrão de Santo Agostinho*, avistou a angra mais tarde chamada de *João de Lisboa* (hoje *Lucira Grande*), largamente aberta para leste, e cujo termo já não explorou; iludido por aquela orientação da costa, ilusão que certamente não foi só sua, veio afirmar a D. João II achar-se dado o primeiro grande passo no caminho marítimo para a Índia”.

Terceiro — O discurso de Vasco Fernandes esclarece também em parte, segundo o Autor, as relações entre a Cristandade e as descobertas marítimas dos portuguezes. Já em 1917 a historiadora americana, Frances Gardiner Davenport chamava a atenção para o auxilio que a referida oração poderia prestar para esclarecimentos se os cristãos, com os quais os portuguezes do século XV se preocupavam, habitavam a Etiópia ou a Ásia.

Portugal herdara o interesse europeu a respeito dos cristãos que habitavam além das regiões islâmicas. A expansão portugueza foi em parte uma participação na procura de Preste João. Depois do Concílio de Florença a iniciativa da busca transferiu-se do papado aos reis portuguezes. Nesse sentido a oração de 1485 é um elo importante na longa cadeia de documentos que revelam o continuado interesse portuguez pelos cristãos de diferentes ritos que viviam além do Crescente.

Numa ampla generalização Vasco Fernandes referia-se claramente aos cristãos de São Tomé, na costa de Malabar, aos cristãos de Preste João da Etiópia, aos cristãos da ilha de Socotra e possivelmente também aos nestorianos da Mesopotâmia e da Pérsia. O orador de D. João II usava a palavra Ásia de maneira lata como sinônimo de Índias procurando, entretanto, aparentemente nunca empregar o vocábulo Índia. Entretanto, em sua época, esta palavra era largamente empregada (por Jacopo Foresti de Bergamo, pelo editor da edição de 1492 da **India Recognita** de Poggio Bracciolini e por Giuliano Dati) para designar a Etiópia e a Índia, terra desses cristãos externos. O termo poderia mesmo compreender Cathay onde também existiam cristãos.

Acredito, entretanto, diz o Autor, que Vasco Fernandes empregou a palavra “Índia” e não “Ásia” e que o impressor confundiu no manuscrito *idiã* por *asiã*.

Afirma-se freqüentemente que os portugueses na área do Gôlfo da Guiné na África Ocidental, ouviram, em meados de 1480, histórias a respeito de um potentado, reinando para os lados de Leste, um certo Cgné que eles imediatamente identificaram como o fabuloso monarca da Etiópia e que em consequência desta notícia D. João II enviou as duas expedições de 1487. O soberano português, entretanto, não necessitava desse estímulo local nem estava êle interessado apenas nesta parte da busca concernente a Etiópia. Tendo herdado a dupla visão de seus antepassados D. Pedro e D. Henrique, êle nunca mais a perdeu, assim como depois dêle não perderam D. Manuel e nem mesmo D. João III.

Quer nos parecer que o professor Rogers, neste passo, atribui a D. Pedro e a D. Henrique, a prioridade da iniciativa na descoberta do caminho marítimo para a Índia. Lembramos aqui que notáveis historiadores portugueses, entre êles o erudito professor Duarte Leite, sustentam que pertence a D. João II o plano de, contornando a África, alcançar o país das especiarias.

Continuando, diz o Autor que Bartoloméu Dias partiu em meados de 1487 e retornou no fim de 1488. Dobrou o Cabo da Boa Esperança, mas foi pouco além. Pedro da Covilhã e Afonso de Paiva partiram mais ou menos três meses antes de Dias e tomaram a rota Mediterrâneo-Oriente Próximo no rasto de uma aventura similar mas sem êxito empreendida um ou dois anos antes. Paiva morreu, mas Covilhã terminou a busca: visitou Malabar como a Etiópia, sendo o primeiro europeu a atingir a dupla meta. Infelizmente o Rei dos Reis não o deixou voltar para casa e a busca teve de ser continuada da extremidade europeia.

Qual seja o seu significado para a história da navegação, a viagem de Gama era apenas outro incidente da tentativa milenar para se realizar a unidade e a aliança entre os cristãos. O interesse dos portugueses pelos irmãos de rito oriental persistiu. Todos os três livros das séries de James Ford Bell publicados pela Universidade de Minnesota comprovam-no. A **Cópia de uma Carta do Rei de Portugal enviada ao Rei de Castela**, traduzindo um documento impresso em Roma em 1505 divulga uma antiga informação falsa sôbre os gentios

“de Preste João que êles denominam Abechi em sua língua”

e também notícias sôbre os cristãos de Cochim,

“convertidos por São Tomé e cuja vida apostólica seus sacerdotes seguem com grande devoção e rigor”.

Um escrito publicado em Nuremberg no fim de 1505 ou início de 1506 e que aparece nas séries Bell sob o título **De Lisboa a Calicute** contém uma extraordinária referência em que os apóstolos são confundidos, a Quiloa, na costa de Malabar ao sul de Cochim, onde

“vivem muitos que acreditam nos ensinamentos de São Paulo”.

Notícias do Brasil (Zeitung aus Presilig Landt) constitui um jornal semelhante, originalmente impresso por volta de 1514 narrando uma viagem ao sul da América do Sul, provavelmente em 1514. Seu autor ansiava tanto por contactos com os cristãos de São Tomé que os encontrou mesmo aí.

Um número bem grande de notáveis historiadores sustenta que a carta que D. Manuel enviou em 1505 ao rei de Castela, não passa de documento forjado, destituído de qualquer valor crítico, o mesmo ocorrendo com a **Zeitung aus Presilig Landt**.

Proseguindo, diz o professor Rogers que a dupla procura só se completou em 1520 quando a embaixada de Rodrigo de Lima atravessou a Etiópia e os portugueses abriram o túmulo em Mylapore. A cristandade atingia o seu ápice. O grande momento se deu em 29 de janeiro de 1533, em Bolonha, onde Vasco Fernandes estivera exatamente havia um século. Aí num consistório solene em que se achava presente o imperador Carlos V, o embaixador do rei da Etiópia que na realidade era Francisco Álvares, capelão da embaixada de Rodrigo de Lima, prestou obediência ao papa Clemente VII em nome do Negus. Terminava assim a busca iniciada por Filipe, médico do papa Alexandre III. Completava-se a união doutrinária entre Preste João e seus cristãos. A Europa recebeu fascinada as notícias do grande acontecimento. Infelizmente Preste João, longe de ser o poderoso condutor de exércitos, necessitava êle próprio de auxílio contra os turcos. O Papa procrastinava. Giulio de Medici, tio de Catarina não possuía a **Weltanschung** de Eugénio IV. Êle estava preocupado com seus crentes religiosos cristãos de rito latino, Henrique VIII e Francisco I. Perdia assim o papado renascentista a sua grande oportunidade.

Passa o Autor a analisar o nascente nacionalismo português perturbando as relações entre os cristãos do Ocidente e os do Oriente, pelo zelo português em latinizar todo o cristão que encontrava. Êste nacionalismo se refletia tanto no exclusivismo comercial como no de jurisdição eclesiástica negando a universidade de uma Igreja livre operando independentemente de César. Continuando afirma o professor Rogers que o discurso de obediência de Vasco Fernandes é um documento vital para a história da usurpação do Estado em relação a Igreja. Expressando submissão e obediência ao Santo Padre, já na introdução a oração cuidadosamente sugere que a não submissão e a desobediência ao rei seria um pecado e um crime. O significado das duas primeiras edições reside no fato de que representam um dos primeiros exemplos do uso dos meios de comunicação para inculcar o nacionalismo.

Como se vê, trata-se de um estudo muito interessante que põe em relevo a grande erudição do Autor e o seu processo bastante honesto de cuidar de História.

T. O. MARCONDES DE SOUZA

* * *

RODRIGUES (José Honório). — **Teoria da História do Brasil (Introdução Metodológica)**. 2a. ed. Vols. 1, 2. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1957. XX, 684 págs. — **Historiografia del Brasil, Siglo XVI**. México. Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1957. 102 págs. (Historiografia 4, publ. núm. 190) (*).

O tema do presente trabalho é uma introdução à ciência histórica em geral, bem como às questões fundamentais da história do Brasil. Trata-se dos problemas do método histórico e de sua aplicação especial no campo da história brasileira. A teoria e a prática da historiografia devem ser esclarecidas em cada caso pela história do país.

Este projeto é uma necessidade, pois não existe nenhuma metodologia da ciência histórica em língua portuguesa e, por outro lado, é muito vivo o interesse pela história do Brasil. Em tais condições, o perigo da beletrística histórica, é muito grande.

No primeiro capítulo, trata o Autor dos problemas da filosofia da história. As tarefas e a significação da ciência histórica surgem das perguntas que o presente formula ao passado. Rodrigues assinala que os acontecimentos e resultados da Segunda Guerra Mundial exigem uma nova visão da história universal. Para o Brasil surgem, além disso, novos problemas da historiografia, em virtude do forte aumento populacional e da rápida industrialização em curso do país nas últimas décadas. A estrutura do Brasil era até agora baseada fundamentalmente no elemento português da população e numa ordem social agrícola e agrária tradicional. A historiografia brasileira, em consequência, preocupava-se principalmente com a época colonial. Agora os problemas históricos do período nacional passaram a interessar em primeiro plano. Impõem-se, sobretudo, os temas da história econômica e social.

Na exposição da nova historiografia e da filosofia da história, Rodrigues dá especial ênfase à contribuição alemã, do mesmo modo que em outros lugares se refere aos trabalhos de Max Weber, Meinecke, Srbik e outros. Aqui coloca-se a questão da influência do historicismo no Brasil. Também aqui observa-se uma mudança do positivismo francês e um interesse crescente pela escola histórica alemã. Um preparador do caminho para essas influências alemãs foi o importante historiador brasileiro Capistrano de Abreu, de quem Rodrigues tratou num trabalho há pouco aparecido (1). Sua concepção da história começou a mudar quando ele conheceu os trabalhos de Niebuhr, Ranke, W. v. Humboldt e outros historiadores alemães. Numa carta de 1904, afirmava Abreu expressamente que: "com a criação da crítica histórica, com a crítica das fontes, criada por Leopoldo von Ranke, na Ale-

(*) — Traduzido da Revista *Historische Zeitschrift*, vol. 188, dezembro de 1959, págs. 660-662.

(1) — José Honório Rodrigues, *Capistrano de Abreu, ein Freund Deutschlands*. In *Staden-Jahrbuch. Beiträge zur Brasilkunde*, vol. 6, São Paulo, 1958, pgs. 147-158. Cf. também a edição de José Honório Rodrigues da *Correspondência de Capistrano de Abreu*, 3 vols., Rio de Janeiro, 1954-1956.

manha, foi renovada a fisionomia da História”. O estimulante efeito da historiografia alemã mostra-se também numa nova visão do mundo histórico. Segundo as palavras de Rodrigues, “começa [Abreu] a abandonar o positivismo, do qual dirá mais tarde que é uma camisa-de-fôrça”. Nessa oportunidade mencionaremos também como divulgador da cultura espiritual alemã Tobias Barreto, do Recife, um mulato que zelosamente aprendeu a língua alemã e tornou especialmente conhecida no Brasil a escola histórica do direito e de efeitos práticos para a legislação brasileira. As influências do historicismo alemão no Brasil e principalmente na América Latina ainda constituem matéria para futuras pesquisas.

Nos outros capítulos do primeiro volume, trata o Autor da periodização da história e das diversas tentativas de divisão em épocas na história brasileira, bem como do campo único da vida histórica. Até o começo do século XX, dominava no Brasil a história política e, ainda mais, a biografia de personalidades políticas. A partir daí, as várias disciplinas especiais foram objeto de maior ou menor atenção, sendo de destacar-se na história econômica e social do Brasil os trabalhos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Em face da diversidade das regiões do Brasil, que é o terceiro estado em tamanho da terra, com os seus 8.516.000 km², a história provincial e local tem grande significação. O Autor agrupa a história do Brasil em 18 gêneros, noticiando as principais publicações nessas disciplinas.

Dignas de atenção são as observações sobre as fontes da história brasileira. O material documental mais rico encontra-se no Arquivo Nacional, na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional e no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, mas também os Arquivos dos Estados e das cidades abrigam acervos consideráveis. Como tarefa mais urgente, assinala o Autor a publicação de catálogos de arquivos e de inventários de manuscritos, de que o Brasil ainda tem grande falta. Também o pequeno número de publicações de fontes dificulta o trabalho científico. Todavia existem para o período colonial a importante coleção de fontes “Documentos Históricos”, editada pela Biblioteca Nacional, até o 109.º vol., Rio de Janeiro, 1928-1955, e diversas publicações de documentos do Arquivo do Estado de São Paulo, ao lado de outras edições que o Autor indica.

No segundo volume de sua obra ocupa-se Rodrigues, a seguir, das ciências auxiliares da história, e trata dos meios auxiliares para a história brasileira. Os capítulos seguintes concernem à questão da crítica interna e externa das fontes e da interpretação dos fatos históricos.

A introdução à ciência histórica de Rodrigues visou aos estudantes de história brasileiros, mas será também extraordinariamente valiosa para o historiador estrangeiro que queira ocupar-se da história do Brasil. Os extensos conhecimentos e experiência do Autor como pesquisador e professor de história e sua incorporação da história universal possibilitam aos que se encontram à distância encontrar um caminho próprio e digno de confiança para os temas da história do

Brasil (2). O historiador europeu que tem consciência como Rodrigues de que a mudança temporal de 1945 exige uma revisão de nossa história, verá a história brasileira também como uma parte do passado europeu e que êle tem de ocupar-se dela, pois não pode esconder-se que o futuro destino da Europa também será determinado pelo além mar.

A outra obra de Rodrigues aqui registrada é um estudo monográfico que se ocupa da historiografia sobre o Brasil do século dezesseis. Ela mostra como a história do Brasil conquistou desde 1549, nas relações dos jesuítas, um seguro fundamento documental, e desde 1576 encontrou nos cronistas sua descrição.

R. KONETZKE

*

* *

TENENTI (Alberto). — *Naufrages, corsaires et assurances maritimes à Venise (1592-1609)*. Paris. 1959. S. E. V. P. E. N. Volume VIII da Coleção "Ports-Routes-Traffics" da École pratique des Hautes Études — VIe Section. Centre de Recherches Historiques. 645 pp., XI planchas.

Esta obra foi escrita baseada em pesquisas feitas em documentos notariais de Veneza dos séculos XVI e XVII. Estas fontes estavam bastante inexploradas e foi o nosso mestre Fernand Braudel com a sua experiência sobre o século XVI no Mediterrâneo, quem orientou o Autor para êste filão tão precioso.

O Autor explorou os protocolos dos notários venezianos Catti e Spinelli que fornecem aos pesquisadores dados os mais variados possíveis sobre movimentos de capitais, de bens e de pessoas, história da imprensa em Veneza, atividade industrial da Sereníssima, aspectos do seu comércio continental com as cidades européias, etc. Dessa imensa messe de documentos o Autor ficou com a parte mais homogênea, a que se refere ao tráfico do pôrto de Veneza, como nos mostram os seus documentos de seguro marítimo. Tomou como centro de pesquisa o navio e não os diversos documentos onde êsse mesmo navio aparecia mencionado mais de uma vez em épocas diferentes. Êsses navios são, pois, classificados de acôrdo com o seu aparecimento cronológico nos papéis dos dois notários.

Infelizmente, sendo impossível enumerar todos os navios que freqüentavam o pôrto de Veneza no fim do século XVI, o Autor teve a idéia de extrair dados sobre o tráfico marítimo dos protocolos dos dois tabeliães venezianos. Perante os bancos os armadores, merca-

(2). — Uma relação dos livros publicados por Rodrigues e dos artigos e discussões sobre os mesmos foi feita por Lêda Boechat Rodrigues, *Bibliografia de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro, 1956. 50 págs.

dores, ou os seus representantes, renunciavam os seus direitos sôbre as mercadorias e barcos perdidos devido a naufrágios, pilhagens ou acidentes, para que o seguro pudesse pagar o que fôra estipulado. Por êsses atos notariais ficamos sabendo o nome do navio, o seu comandante, a rota seguida, a causa do sinistro e a cessão dos direitos dos reclamantes aos bancos. A dificuldade reside muitas vêzes em se saber a causa do sinistro e se o barco foi recuperado porteriormente.

As rotas também podem ser observadas pois, dos 1000 navios mencionados, sabemos do destino de cêrca de 800 barcos. Isso permite uma análise indireta do tráfico e a qualidade da mercadoria transportada. Cetti e Spinelli tinham uma clientela especializada, um se encarregava do comércio levantino e o outro do tráfico ocidental.

O Autor nos descreve o tráfico e o tipo de navios usados e verificou que desde o fim do século XVI os venezianos foram obrigados a comprar navios nórdicos (inglêses, hanseáticos, flamengos) e por isso revogaram velha lei que só permitia transportar mercadorias venezianas em barcos dessa nacionalidade. O Autor indicou também como a Sereníssima procurou incentivar a construção de novos navios, dando prêmios aos armadores para compensar a perda crescente de barcos oriunda de naufrágios, pirataria e acidentes. Em face da documentação apresentada podemos aquilatar o valor da aquisição de navios estrangeiros e o preço da construção de navios em Veneza. A Sereníssima empregava vultosos capitais nesse negócio, emprestando dinheiro a juros, tudo para fomentar o aumento de sua frota mercante pesada. Tais foram as dificuldades que Veneza aceitou navios e capitães estrangeiros para navegarem juntamente com os seus barcos.

O tráfico para o Oriente é o mais facilmente estudado. Quanto ao escambo com o Ocidente, desde os primeiros anos do século XVII os **bertons** inglêses, as naves flamengas, as urcas hanseáticas substituem quase que completamente os clássicos navios de Veneza nas rotas atlânticas e mesmo no litoral da Espanha, Sicília e Nápoles. Os mercadores sentiram que o papel até então desempenhado por Veneza — o de grande entreposto entre o Levante e o Ocidente — estavam lhes escapando das mãos. Sevilha, Lisboa, a Flandres, a Hansa estão cada vez mais empreendedoras em seu detrimento. O perigo não era somente o de aberturas de novas rotas — que tinha diminuído mas não estancado o poderio veneziano — mas sim o de ser Veneza suplantada por exemplo por Ragusa ou Livorno que não praticavam a política de monopólio. Também não devem ser esquecidos os mercadores e marinheiros do Norte, cada vez mais numerosos no Mediterrâneo.

O Autor nos mostra galeões venezianos buscando açúcar do Brasil ou de S. Tomé em Lisboa, levando vinhos para Londres, passas, especiarias, mas paulatinamente os navios estrangeiros tomam a primazia nesse tráfico além Estreito de Gibraltar. Os perigos do mar, a pirataria, fizeram com que não mais compensasse o emprêgo de grossos capitais na construção de grandes navios.

No século XVI não foi só a concorrência estrangeira que enfraqueceu o comércio veneziano, a pirataria desempenhou um papel importante nisso. Dos 1000 navios mencionados pelos notários Catti e Spinelli, 360 foram vítimas do mar e cerca de 250 a 300 dos piratas turcos, uscosques (dálmatas), malteses, florentinos, ingleses, holandeses, espanhóis que sempre atacavam os navios desprotegidos. Os venezianos contra-atacam, mas lhes faltam galeras para se oporem às fustas e galeotas barbarescas e turcas. O Autor estuda os processos empregados por cada uma dessas nacionalidades na luta contra a Sereníssima e prova que essa pirataria era uma indústria muito vantajosa sob aparência de luta comercial, bastando dizer que os vice-reis espanhóis de Nápoles, fazendo valor velhas leis, exigiam 50 por cento das presas feitas aos venezianos.

O Autor examina em seguida o sistema naval erigido pelos venezianos para fazer face a essas dificuldades existentes para o seu comércio e segurança. Veneza arma seus navios mercantes, guarnece-os com soldados, obriga os capitães andarem em comboios reunidos em lugares certos. Mas o seu erro foi o de entregar o comando da Armada e dos navios à sua classe patriciana (**sopracomito**) que pensava mais na sua vaidade e nos lucros pessoais que pudessem tirar do mar do que nos interesses da Sereníssima. Outro erro foi o de ter concentrado em Veneza os reabastecimentos e numerário para pagar as tripulações dos barcos. Assim muitos navios deixavam as zonas de operações — alguns sem ordens — para buscar biscoitos e dinheiro no seu porto de origem. A falta de alimentos e o atraso do soldo pouco a pouco fez com que Veneza substituisse os seus remadores livres por condenados que tinham uma moral péssima.

O Autor examina exaustivamente o problema do seguro marítimo, as suas taxas e as pessoas que se encarregavam dêsse mister. Da página 69 à 561 examina os documentos por ordem cronológica e os classifica em quatro colunas: 1a.) o nome do navio ou suas características; 2a.) o nome dos assegurados; 3a.) o nome dos seguradores; 4a.) carga transportada. Além disso foram elaborados índices dos nomes geográficos, dos navios, dos comandantes, dos tipos de mercadorias. Como se vê, é um trabalho muito bem organizado, podendo servir de modelo a quem trabalhe em arquivos.

De tudo o que dissemos sobre o livro de Alfredo Tenenti podemos concluir com êle que a guerra de corso, o agigantamento naval e econômico dos homens do Norte, a surda ameaça espanhola não são as únicas pragas que ameaçavam Veneza. A sua organização política e militar, sua estrutura social e técnica também tiveram o seu quinhão na sua decadência marítima. A cidade de São Marcos no período estudado pelo Autor não é mais, como outrora, o centro vivo e robusto do Mundo.

E. SIMÕES DE PAULA

*

* *

SOUZA (Antônio Cândido de Melo e). — **Formação da Literatura Brasileira. 1750-1880, Momentos Decisivos.** 2 volumes. Livraria Martins Editôra. São Paulo. 1959.

Com a publicação da obra **Formação da Literatura Brasileira**, re-encontramos um crítico, cuja presença era há muito reclamada e agora é atendida, para gáudio de nossa literatura e pesar da Sociologia que, nestes últimos anos, recebeu sua preciosa e inteligente contribuição, sôbre a qual temos impressão que ainda haveremos de confirmar o nosso juízo diante da leitura de uma obra inédita e já anunciada vêzes várias (1).

O estudo que o prof. Antônio Cândido dá agora a lume é, na ordem cronológica, depois do grande trabalho de "equipe", dirigido por Afrânio Coutinho (2), a mais séria contribuição que recebe a nossa **história literária**. Contribuição essa, cuja relevância realmente nos surpreende pelo seu vulto, próprio das obras coletivas, a qual chegou a absorver dez anos de elaboração.

Dois motivos, desde logo, nos realçam a importância do seu lançamento: 1.º apresentação de um **método** que, em linhas gerais, está dentro da posição de historiadores e críticos que se inclinaram para a história literária (e já se fala em **ciência da literatura**) em detrimento da história da literatura, no que se refere ao distanciar do método histórico tradicional, cuja disciplina estreita a visão e interpretação estética em benefício da submissão exclusiva das fontes e da cronologia; 2.º definição de um **crítico literário**, isto é, um cientista consciente do seu **campus**, sem embargo dos recursos de ordem sociológica, filosófica, psicológica, etc., que dispõe para o seu **instrumental**.

Além da exemplar descrição nas aparições eruditas, do trabalho paciente de leitura, pesquisa e interpretação que só as inteligências superiores são capazes, e também da farta messe informativa de que é portador, o prof. Antônio Cândido tem ainda um valor que não se lhe pode negar, é o calor humano, e interêsse intuitivo, e desvêlo mesmo, com o qual êle se volta para a literatura, como objeto de estudo e compreensão, não se dedicando, nesse sentido, em evocar leituras da adolescência que numa aparente inconseqüência, muitas vêzes dar-lhe-iam, entretanto, essa predileção e êsse interêsse em debruçar-se sôbre os **textos**, mesmo os de mais enfadonha leitura para o gôsto hodierno, buscando neles o ensejo da desejável interpretação, sem embargo da invocação de outros analistas e intérpretes que, por ventura, já tivessem se ocupado de estudos semelhantes. Ainda nesse sentido é bem de sua honestidade intelectual a evocação da lição de ex-professôres seus, como Roger Bastide e Alfredo Ellis Júnior.

Expõe o Autor, na **Introdução**, o critério crítico que norteia o seu estudo, procurando alinhar o desêjo consciente e muitas vêzes, or-

- (1). — Antônio Cândido, *Persistência e Mudança, Estudo sôbre a crise nos meios de vida do asipira paulista* (livro ainda inédito e anunciado pela Livraria José Olímpio Editôra).
- (2). — Afrânio Coutinho, direção de — *A Literatura no Brasil*. 3 volumes. Editorial Sul Americana S. A., sob os auspícios da Instituição Larragoiti, Rio de Janeiro, 1956.

gânicamente voluntário, de nossa literatura, de ser cada vez mais **brasileira**. Há, por assim dizer, um assíduo **inconformismo** no tocante aos nossos padrões, uma permanente suspeição de subserviência que, têm levado os nossos homens de letras a sempre proclamar que somos brasileiros ou que precisamos ser mais brasileiros.

Assim, algumas dessas manifestações ou movimentos, textualmente estudados, servem de exemplo a essa **constante** na história de nossa literatura dentro do balizamento de datas proposto pelo Autor para os **momentos decisivos**, e que justamente vão até onde começa, com uma década apenas de diferença, o período da prosa de ficção (1870-1920) tão bem estudado por Lúcia Miguel Pereira.

Essa linha de conduta talvez vá tendendo a diminuir na medida em que o pensamento científico nacional se robustece pelo intercâmbio de idéias e (no caso, dentro da perspectiva histórica) enquanto vai se **definindo** não distante do necessário sincronismo com as literaturas alienígenas.

Ainda no tocante à sua posição de crítico perante a história literária, o prof. Antônio Cândido procura situar uma espécie de **dimensão** da crítica, ou melhor da sua crítica principalmente, entre a **impressão** e o **juízo**, valendo-se daquela sem ser impressionista, mas sem abominar, por outro lado, essa **atitude** preliminar e dual, realmente importante: receptividade e senso.

A maneira pela qual discorre sôbre essa disposição, serve como advertência a tantos dos nossos comentaristas e recenseadores de livros que, em geral, pecam pela ausência da crítica literária em razão de sua especialidade ou erudição.

Para explicar o seu processo de trabalho, a consciência crítica e o critério a que submete cada obra, o Autor realiza interessante dissertação mostrando, sem quebra dos princípios formais e de teoria da literatura, como, muitas vezes, ao crítico assiste transgredir os cânones, para se debruçar sôbre o complexo **autor-obra**.

Estas concessões poderiam, aparentemente, aproximar o crítico de uma espécie de falsa posição diante da crítica moderna, o que, entretanto, está longe de acontecer, e justamente essa conclusão logo se infere pela leitura da **introdução** que o crítico propõe a esta obra, a qual **in totum** revela a firmeza de suas concepções, lastradas por um cabedal de conhecimentos, por uma intuição e mesmo vocação das mais invejáveis que possuímos.

Trata-se, portanto, de um cientista que sabe perfeitamente confinar o seu **campus** de trabalho e escolher o **instrumental** auxiliar da sua empresa, cujos pontos de referência, segundo o crítico, no processo interpretativo, se resumem na **interação** das possíveis influências na fórmula que identifica ou segue na sua obra.

*

O recurso que as ciências chamadas **sociais** oferecem, hoje em dia, ao trabalho exegetico do crítico tem, muitas vezes, conclusões aparentemente paradoxais. Expliquemos melhor, empregando recursos que podem ser tanto sociológicos, quanto psicológicos ou psica-

nalíticos, chega-se, muitas vezes, a explicar-se uma personalidade, uma obra ou um período, com um luxo de pormenores e conclusões que haveriam de surpreender os próprios autores estudados que, na verdade, não pretendiam tanto... ou que talvez não chegassem a reconhecer-se hoje, se possível lhes fôsse ler a interpretação que se chegou a seu respeito...

Aliás, de certa maneira, sem o rigor interpretativo necessário, e papel de detalhe é muito próprio do **método histórico** no que concerne à sua importância para a reconstituição do todo.

Indagariamos, por outro lado, em que consiste a nossa especulação cotidiana, senão numa ânsia de entendermo-nos, surpreendendo em **nosso** complexo mundo tantos quase-nadas que nos encantam ou nos repugnam na medida que os entendemos que são realmente **nossos**?

*

Num país onde ainda não se revelou, essencialmente, um pensamento histórico, em que pesem as tentativas e os exemplos isolados que, na história, na psicologia social e na própria teoria da história, temos verificado, e onde, também, as especulações filosóficas há pouco começaram orgânicamente a constituir-se, por um esforço digno de menção, e ainda onde as manifestações estéticas lutam com ingente ausência de amparo e estímulo, será, até certo ponto, compreensível êsse permanente desêjo de descobrir-se, valorizando os padrões locais em manifestações que, em certos **momentos**, assumem posição mais ofensiva do que defensiva.

Assim, quando o Autor afirma ser o **Arcadismo** luso-brasileiro essencialmente polêmico (3), parece-nos estar particularizando uma definição generalizada, pois todos os movimentos literários, entre nós, foram polêmicos na medida em que se constituíam como **reação** a padrões antigos ou consagrados ou como tentativas de identificação com o **momento histórico** em que viviam.

*

Discutível em muitas afirmações, porque pessoal, nesta condição residindo, sem dúvida, o seu grande valor, êste estudo representa um notável esforço de entendimento, de interpretação crítica pessoal, fundada em textos originais, cotejada, quando necessário, no trato de um panorama político-social e econômico atuante sobre o processo literário.

Preocupando-se com os textos principalmente, o prof. Antônio Cândido dá-nos uma contribuição essencialmente literária à compreensão do processo de formação da literatura brasileira que, através de penetrante e inteligente interpretação textual não deixa, entretanto, de reconhecer que

“a literatura depende das impressões e do espaço físico e humano, em que banha o escritor” (4).

(3). — 1.º vol., pág. 38.

(4). — 2.º vol., pág. 192.

Representa este livro, dessa maneira, a mais alta confirmação das qualidades e da noção de crítico literário que tem o seu autor, isto é, o princípio exato do que há de específico no fenômeno literário, pois ele estuda e interpreta a literatura como tal, valendo-se, neste ou naquele momento que o exija, de análises correlativas, ou melhor de fatores secundários que pertençam a outros campos científicos como objeto de estudo, critério esse com o qual já acenava em trabalho seu, publicado anteriormente (5).

A sua obra tem, assim, uma especial projeção, pois não prescindindo os elementos sociais e psíquicos que **integram** um texto (6), realça um tipo de estudo crítico bem diverso de outras tentativas científicas de interpretação de nossa literatura que notamos em autores como Nelson Werneck Sodré, Viana Moog, Gilberto Freyre, etc.

Muitos desses críticos, estribados nas ciências sociais formulam aí o seu pressuposto científico, para então, chegarem à literatura. E' o que se dá com o prof. Pinto Ferreira ao buscar uma "interpretação econômica da literatura brasileira", tentativa essa que não é desconhecida, também, ao sr. Nelson Werneck Sodré, e que em muito parece vir desde Sílvio Romero até o sr. Alvaro Lins, na medida em que parece haver uma correlação entre a literatura e a economia.

São, aliás, do mesmo prof. Pinto Ferreira várias tentativas de interpretação filosófica do nosso pensamento literário (7), assunto que, também, atraiu os professores Evaristo de Moraes Filho (8), Euryalo Cannabrava e Jamil Almansur Haddad em artigos diversos.

Poderíamos concluir ser apenas uma questão de metodologia crítica, mas, na realidade, essas relações científicas vão muito além do método.

*

Esta "Formação da Literatura Brasileira" não é mais uma obra de crítica, no sentido que não representa o rastreo simples da bibliografia já existente, pois a sua grande lição está no conselho: **ir às fontes**, isto é, preferir a análise direta ao aparato de segunda mão

Nesse caso, o esforço de interpretação de certos textos, aparentemente inexpressivos, realizado pelo Autor, é realmente notável.

Outro motivo de sua relevância está, também, na especificação da **crítica literária** como tal. Eis o grande mérito dessa pretenciosa empresa realizada pelo prof. Antônio Cândido, dar algo de bem seu na atualização do julgamento sobre o processo de formação de nossas letras.

A leitura da bibliografia compulsada nos leva, com facilidade, a esse aplauso. Não preteriu, por outro lado, os estudos da crítica coe-

(5). — Antônio Cândido, *Introdução ao método de Sílvio Romero*, São Paulo, 1945.

(6). — 1.º vol., pág. 27.

(7). — Pinto Ferreira, *A filosofia da história literária brasileira*, in "Revista Brasileira de Filosofia" n.º 15. São Paulo, 1954. Idem, *Filosofia da história literária*, in "Revista Brasileira de Filosofia" n.º 18. São Paulo, 1955. Idem, *Interpretação da Literatura Brasileira*. Editor José Konfino. Rio de Janeiro, 1957.

(8). — Evaristo de Moraes Filho, *Relações entre a Filosofia e a Literatura*, in "Revista Brasileira de Filosofia" n.º 31. São Paulo, 1958.

va, na qual a contribuição de Jamil Almansur Haddad, Tristão de Ataíde, Afrânio Coutinho, Wilson Martins e outros muitos, é realmente notável, mas, também, dêle se valeu na medida que lhe foi necessário corroborar a **problemática** de nossa história literária com os estudos já realizados pelos seus arroteadores.

*

Afirmamos ser este livro discutível em inúmeras conclusões a que chega o seu Autor, e uma delas seria na própria designação de **formação**, com a qual o Autor mais convencionou o balizamento das datas de 1750 a 1880.

Precisariamos entender **formação** como tal, isto é, o processo para a consubstanciação, a maturidade ou maioridade no sentido da aquisição de expressões próprias, de traços distintos no concerto literário universal, diante de um acervo acumulado paulatinamente pelo estudo e pelo intercâmbio de idéias, pela captação dos legítimos valores locais e pelo trabalho do engenho, pela especulação de uma filosofia de vida, pelas relações e contactos, pelo aprimoramento das instituições e ainda pelo reconhecimento do nacional dentro do universal.

Mas, realmente, durará a formação até o ponto em que se atinja essa desejada maioridade? Ou esta haverá de perdurar enquanto permaneça a **revolução literária**, isto é, o processo evolutivo, a busca enfim, que parece ser imanente à **civilização**, historicamente considerada?

Estariamos, ainda, no caso dessa nomenclatura "periodológica" com a velha indagação de Afrânio Peixoto, ao criticar Silvio Romero.

"Acaso houve acabamento sociológico, ou político, da "formação" brasileira? E se já nos "formamos" definitivamente, como se fala de "desenvolvimento" em seguida?" (9).

Parece-nos, assim, ser essa nomenclatura mais própria de uma periodização dentro do critério histórico e não propriamente no caso da história literária, sendo difícil confinar um período, como êsse, quando, a busca de equilíbrio, de ideal (aqui não no sentido **clássico**), é permanente, e enquanto **busca** será sempre uma **formação**, portanto, um complexo em mudança, ainda que possamos reconhecer, por exemplo, o **Romantismo**, como um período adulto, de relativa autonomia, por marcar o aparecimento de gêneros como a crítica, o romance, o teatro, e por ter revelado grandes valores de nossas letras.

*

Julgamos que a perspectiva histórica não pode estar distante de um estudo como este, o que na realidade, o Autor cumpre, não desatendendo o **ponto de vista histórico** (10), além de referir-se a êle reiteradas vezes em seu prefácio.

(9). — Apud Afrânio Coutinho, in "Introdução Geral", pág. 41. *A Literatura no Brasil*. Volume I. Editorial Sul Americana S. A., Rio de Janeiro, 1955.

(10). — 1.º vol., págs. 18 e 20.

*

Estudando, textualmente, o que reputa **momentos decisivos** para a nossa formação literária, chega a uma análise formal e algumas vezes circunstancial dos poemas, trazendo-nos à realidade de que todos os primórdios na formação da literatura brasileira parecem pertencer à **poesia**. Uma indagação oportuna para a compreensão desse fato poderia ser esta: por que levaria tanto tempo à prosa para manifestar-se, quando o **artesanato** poético é (ou **era** pelo menos) muito mais difícil, sendo, por outro lado, reconhecida a nossa capacidade imaginativa, legado português, tão importante à ficção, ao ensaio, etc.?

Tal fato parece ter levado o nosso processo literário, pelo menos até 1808, data da transmigração da corte, a exigir do crítico uma interpretação estritamente formal dos **momentos poéticos** que foram sistemáticos para o estabelecimento das grandes coordenadas de rumo.

E' a partir da data em questão que o discurso, o sermão, a prosa enfim, estimulados pelas alterações políticas e pelo estímulo tipográfico, com a conseqüente difusão do livro, vão acrescer o **complexo literário**.

Assim, à medida que a poesia vai deixando de deter a exclusividade da vida literária, o Autor com a mesma desenvoltura pela qual se houve nas análises e interpretações do verso, passa ao estudo literário da prosa e da palavra num cotêjo sócio-histórico da mais alta valia.

Entramos, assim, no movimento ilustrado, em uma **transição**: o poeta declina a sua posição de grande prestígio, abraçando uma atitude de acanhamento por ousar desviar atenções reclamadas pelos campos especulativo e científico (11).

Não foge assim o crítico a um justo critério, quando, à página 242, do primeiro volume, explica que vai estudar, a seguir, oradores e jornalistas, embora façam os mesmos mais parte de "zonas limítrofes" à história literária propriamente dita. Entretanto, julgamos dispensável a justificativa, pois estranhável, isto sim, seria a omissão dessa parte do estudo, pois como haveríamos de entender a ausência de um Hipólito da Costa ou de um Frei Caneca, de um Evaristo da Veiga ou de um Monte Alverne?

Embora o critério adotado na fatura desta obra, seja o de que "a literatura é um conjunto de obras, não de fatores nem de autores" (12), a análise desses elementos, jornalistas ou oradores, mereceu do próprio crítico o reconhecimento de que muitos deles superaram em muito a contribuição poética a uma das três principais correntes de gosto e pensamento, responsável pela nossa formação literária, ou seja a **Ilustração**.

E esse é o juízo a que chegou, aliás para nós correto, de que Hipólito José da Costa foi "talvez a mais alta figura entre os nossos

(11). — 1.º vol., pág. 237.

(12). — 1.º vol., pág. 27.

ilustrados” (13), ou que Frei Caneca foi “uma das manifestações mais altas da Ilustração no Brasil” (14), etc., etc.

Assim, julgamos êsses elogios difíceis de serem concedidos aos poetas e escritores pretéritos e coevos a essa época, salvo raras exceções, e ainda se relevando ser a poesia “o termômetro mais sensível das tendências literárias” (15).

*

As qualidades de crítico que possui o prof. Antônio Cândido atingem momentos de uma acuidade invejável no estudo da **escola mineira**, ao acompanhar a evolução inicial de nossa crítica literária, cuja primazia coube ao Romantismo, e em outras inúmeras páginas, nas quais se revelam o seu senso crítico e seletivo, as suas exaustivas pesquisas e o seu bom gosto literário.

A isso se deve a reposição, através de ponderada crítica, de valores esquecidos em lugares consentâneos, e da certa avaliação de valores exaltados com exagêro.

Até mesmo a contribuição dada à crítica por nomes como Álvares de Azevedo e José de Alencar, ou a participação de D. Pedro II na famosa polêmica suscitada pela publicação d’“A Confederação dos Tamoios”, não foram olvidadas pelo Autor no seu levantamento de fontes para a compreensão de uma linha de conduta literária.

Por outro lado, as suas advertências sôbre a atual revalidação do **barrôco** (16) que, vem sendo empreendida por algumas das nossas melhores vocações críticas, são muito justas.

Bem certas ainda, as conclusões que tira sôbre uma certa retardação, entre nós, do aparecimento do romance psicológico em face do nosso processo de formação urbano-social. A descoberta “geográfica” progressiva do território pelo romance, e dezenas de outras conclusões, conduzem êste estudo ao merecimento de muitos aplausos.

Deveria, apenas, ter sido mais cuidadosa a revisão, para evitar pequenos erros tipográficos. Por outro lado, conviríamos ser necessário um rigor mais acentuado na terminologia crítica, em detrimento da aceitação, entre nós, de palavras como **ensaio** ou **crônica**, por exemplo, com significação diversa daquela que realmente devem ter (17).

*

Pela vasta informação bibliográfica, pelo estilo agradável em que está vazada, pelo tom **didático** que chega a assumir em certas disposições, esta obra é de consulta restrita não apenas a especialistas.

(13). — 1.º vol., pág. 246.

(14). — 1.º vol., pág. 258.

(15). — 1.º vol., pág. 24.

(16). — 1.º vol., pág. 69.

(17). — Afrânio Coutinho, *Da Crítica e da Nova Crítica*, pág. 87. Editora Civilização Brasileira S. A., Rio de Janeiro, 1957.

O Autor não abusa de uma linguagem erudita e científica que poderia afugentar de suas páginas o estudioso comum. Antes, é bem do seu estilo, a construção de frases sentenciosas e cheias de conceitos, imagens pitorescas e espirituosas, como nos exemplos que vai a seguir, colhidos sem outra preocupação do que a de ilustrarmos este nosso recensear com mostras estilísticas, cujo conteúdo separado do texto, poderá talvez, assumir um certo excesso de julgamento ou opinião, o que está longe de nós realçar, mas será perfeitamente compreendido quando lido dentro do texto da própria obra. Os grifos são nossos:

“O belo é o verdadeiro porque este é o natural filtrada pela razão” (18).

Sobre o sempre discutido e discutível Cônego Fernandes Pinheiro, o Autor reconhece que possuía

“verdadeiro espírito de cônego” (19).

reforçando, mais adiante, ao defini-lo como

“compassado canastrão” (20).

Tratando do entrecho das “Memórias de um sargento de milícias”:

“... a luta é combinada como em certos *tablados de box*...” (21).

Sobre a “boa prosa” de Bernardo Guimarães tem estas deliciosas imagens:

“cadenciada pelo fumo de rôlo que vai caindo no côncavo da mão, ou pela marcha das bestas de viagem...” (22).

Acha que as poesias machadianas da frase romântica

“São bem penteadas e não fazem feio...” (23).

Sobre O Evangelho, de Varela:

“... ar de exercício aplicado e chato” (24).

A aparição de Eugênio Câmara na poesia de Castro Alves é bem saudada:

“até que enfim uma mulher de carne e osso, localizada e datada...” (25).

uma disposição que hoje perdura (26):

“... os escritores nordestinos não se conformaram em ser *pássaros de crepúsculo*...”.

(18). — 1.º vol., pág. 58.

(19). — 2.º vol., pág. 65.

(20). — 2.º vol., pág. 341.

(21). — 2.º vol., pág. 222.

(22). — 2.º vol., pág. 234.

(23). — 2.º vol., pág. 254.

(24). — 2.º vol., pág. 265.

(25). — 2.º vol., pág. 277.

(26). — 2.º vol., pág. 299.

O professor Antônio Cândido assume, com esta obra, a responsabilidade de ser um dos nossos mais completos críticos literários.

A esta condição êle chega por motivos que, poderiam ser assim resumidos: 1.º bom gosto literário e calor humano, com os quais se debruça sobre os textos, sentindo-os e sentindo aos seus autores; 2.º o lastro informativo, realmente impressionante, de textos os mais diversos; 3.º senso acurado de análise e penetração interpretativa; 4.º consciência real e científica da crítica literária; 5.º presença da teoria da literatura no mais alto feitio que possuímos.

No vasto campo dos nossos recenseadores, sociólogos, historiadores, filósofos e psicólogos prolongados em críticos, o professor Antônio Cândido representa, assim, um ponto em destaque, pois tendo a necessária formação científica, sabe através desta, utilizar-se das ciências que lhe são subsidiárias sem comprometer o campo a que se propôs arrotear: a crítica literária.

Tem informação, tem método e tem senso crítico.

JOSE ROBERTO DO AMARAL LAPA

* * *

BORDES (Maurice). — *D'Étigny et l'administration de l'Intendance d'Auch (1751-1767)*. (Tese de Doutorado em Letras apresentada à Universidade de Paris). Auch, Frédéric Cocharaux, 1957. 2 vols., 1034 pp., VII mapas e planos.

Trata-se de uma excelente e bem documentada tese para a obtenção do grau de Doutor em Letras pela Universidade de Paris. E' uma dessas sólidas teses francesas que tanto admiramos, bem fundamentada em arquivos, revelando trabalho de longos anos e árduas pesquisas. Evidentemente o assunto não nos é muito familiar, mas isso não nos impede de aconselhar os nossos leitores a passarem uma vista d'olhos por esta tão interessante obra, pois é um modêlo a ser seguido pelos nossos doutorandos, apesar de sabermos da pobreza documental dos nossos depósitos arquivistas.

O assunto do trabalho em resumo é o seguinte. O Meio Dia da França estava dividido no século XVIII em 4 Intendências: a Intendência do Languedoc; a Intendência de Montauban, que compreendia o Quercy, a Rouergue (Cahors, Montauban, Figeac), uma parte da Gasconha e dos Pirineus centrais (Armagnac, Astarac, Lomagne, Rivière-Verdun, Comminges, Nébozan e Quatre Vallées); a Intendência de Bordéus (Agen, Condom, Périgueux, Sarlat, Soule, Bigorre, Marsan, Lannes). A Baixa-Navarra e o Béarn constituíam uma pequena Intendência, com capital em Pau.

Em abril de 1716 as Intendências de Montauban e Bordéus se uniram, formando a Intendência de Auch, constituída assim de uma vasta região, quase tôda situada ao sul do rio Garona. Essa região apresentava aspectos muito diferentes entre si, pois se compunha de florestas, pastagens, terras lavradas, zona costeira com dunas, planícies e montanhas. Evidentemente os produtos agrícolas e pastoris variavam de local a local de que se compunha o todo.

Em 1751 foi nomeado intendente de Auch Antoine Mégret, senhor d'Étigny, possuidor de vasta fortuna e duma rêde de sólidas amizades e parentela, fatores que, sem dúvida, contribuíram para a obtenção de tão importante pôsto de administração na França Meridional.

O Autor nos mostra um bom intendente, devotado ao bem público, mas não um intendente filósofo do fim do Antigo Regime. Um administrador que fazia valer a autoridade do rei, mas que era um advogado da região junto ao monarca. Um homem que reage vivamente contra aquêles que queriam modificar a hierarquia social tradicional, os camponeses que queriam "se impor" aos seus senhores, artesãos que tentam no plano municipal suplantar os burgueses, as filhas do povo querendo desposar jovens das principais famílias. E' por isso que êle é contra as escolas aldeãs, ninho — na sua opinião — de desclassificados e agitadores. E' por êsse motivo que desconfia das assembléias deliberantes, mesmo as mui restritas.

Guiado pela vontade de bem distribuir a justiça, desejosos de regenerar a vida econômica da região, dedicado aos interêsses da província que governa, d'Étigny permaneceu, todavia, um homem do Antigo Regime, devotado às hierarquias pré-estabelecidas e ao absolutismo monárquico. "Êle é bem a transição entre o tipo clássico do intendente — Colbert e d'Orry — e seus émulos do fim do Antigo Regime, os Montyon, os Sénac de Meilhan, e os Bertrand de Moleville" (pág. 53).

As funções dum intendente eram as mais diversas possíveis, pois parece que os seus poderes não estavam bem determinados, variando das atribuições militares às judiciais, policiais e financeiras.

O Autor nos mostra também as causas da desgraça d'Étigny, salientando o papel desempenhado pelo seu secretário Genain e a cunhada dêste, Mlle de Lerkenfeld, que se uniu aos seus inimigos e que acabou sendo exilada pelo intendente. Salienta o Autor a importância da nomeação do novo secretário Sallenavé, que conseguiu ser designado "subdelegado primeiro secretário da Intendência de Auch e de Pau". Será êste último quem o substituirá quando caiu em desgraça em 1766 e definitivamente quando morreu em 1767.

A obra contém uma substanciosa introdução e divide-se em duas partes: 1a.) as atribuições fundamentais do intendente (pp. 87-524). e 2a.) a obra econômica e social do intendente (pp. 525-943).

Na primeira parte o Autor faz um estudo sôbre a distribuição da justiça, a política e a manutenção da ordem. Fala dos Estados (assembléias) das diversas regiões de que se compunha a Intendência. Discorre também sôbre as comunidades, as finanças, os assuntos militares.

Na segunda parte, o Autor trata das estradas, da agricultura, florestas, indústria e comércio, as questões sociais, o ensino e a evolução das idéias, a opposição parlamentar e, finalmente, a desgraça e a morte de d'Étigny.

Como se vê desta rápida notícia, trata-se duma obra muito extensa e ao mesmo tempo profunda, analisando o Autor o funcionamento duma administração provincial no Antigo Regime em França.

Como já dissemos, é um belo trabalho e o recomendamos vivamente aos nossos estudantes candidatos ao doutoramento em História pela nossa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, como um modelo a ser seguido.

E. SIMÕES DE PAULA

*

* *

DALBIAN (Denyse). — **Dom Pedro Empereur du Brésil, Roi de Portugal (1798-1834)**. Avec 2 cartes in-texte et 10 illustrations hors-texte. Librairie Plon — 1959. Brochura, 294 páginas, bibliografia, índice de ilustrações, de mapas e de capítulos.

Trata-se de uma biografia de D. Pedro I bastante romanceada, escrita num fino e gracioso estilo literário. É uma biografia baseada em obras históricas de valor, jornais, memórias, crônicas, etc. (1).

Após um rápido agradecimento da autora a Otávio Tarquínio de Souza e outras pessoas, inicia-se a obra, dividida em duas partes. A primeira parte com XIX capítulos, principia com a vinda da família Real para o Brasil em 1808 e termina com a abdicção de D. Pedro. A segunda parte, dividida em XV capítulos, principia com a ida de D. Pedro à Europa e termina com a sua morte.

A frase inicial encerra toda a característica da obra, isto é, uma excelente obra literária (2):

“La nuit tombait lentement sur Lisbonne, une nuit de novembre pluvieuse et lourde d’angoisse...”.

O biografado surge como um herói, um herói galante pelo qual a autora entusiasmou-se. Surge-nos um D. Pedro bom, heróico, espírito viril de independência, ávido de atos grandiloquentes. Mas não é um espírito belicoso, é pacifista, um pacifista que não hesita em romper com as Côrtes Portugêsas quando no Brasil avoluma-se o descontentamento (3). Assim é que a independência do Brasil, para a autora, surgiu mais como consequência dos interesses de José Bonifácio e Dona Leopoldina agindo sobre D. Pedro, do que da sua vontade e dos acontecimentos históricos (4). É interessante e heróico o quadro da proclamação da independência descrito pela autora:

“Le prince remonta à cheval... “Le moment est venu! L’indépendance ou la mort...” Le soleil de l’après — midi qui traversait les frondaisons des araucarias faisait scintiller les lames nues que tous ces hommes brandissaient, gagnés par l’enthousiasme du prince...” (5).

Os acontecimentos posteriores ao ato da independência, a dissolução da constituinte, o gênio explosivo de D. Pedro, enfim toda sua vida atribulada, aparecem como consequência de seu temperamento

(1). — Ver bibliografia à página 285.

(2). — Página 3.

(3). — Capítulo VI.

(4). — Capítulo VII, página 52.

(5). — Página 63.

impulsivo e de sua formação descontrolada. D. Pedro aparece em tôda a obra como um galante cavalheiro, perseguidor de um ideal romântico fora de seu alcance e da realidade da vida.

...“Il était parfaitement sincère en affirmant dans ses manifestes et ses discours qu'il aimait la liberté, mais cette même liberté perdait à ses yeux son prestige romantique quand'elle devenait autre chose qu'un mot sonore et s'incarnait en une institution concrète”... (6).

Nos últimos capítulos da primeira parte D. Pedro aparece cansado e triste, pela primeira vez surgem ligeiras alusões sobre os acontecimentos que dirigiam o destino do país e sobre a verdadeira atuação de D. Pedro (7).

A abdicação aparece finalmente como consequência da evolução histórica. Ao descrever a abdicação a autora sintetiza em rápidas linhas seu juízo sobre D. Pedro I:

...“mais si dom Pedro avait manqué des qualités qui font les grands monarques, du moins la bonne volonté ne lui avait-elle jamais fait défaut. Malgré son impétuosité naturelle qui lui faisait trop souvent préférer le gouvernement arbitraire à son rôle strictement constitutionnel, malgré sa versalité, malgré tous ses défauts et toutes ses erreurs, il n'en restait pas moins que dom Pedro avait accompli au Brésil une oeuvre féconde. Ouvrier de la première heure son temps était passé... (8).

Na segunda parte, Dom Pedro atira-se à empreza que o levaria a deposição de D. Miguel do trôno de Portugal; mais uma vez aparece D. Pedro levado pelas circunstâncias e pelas pessoas que o cercam a lançar-se àquela aventura. A autora cria um destino caprichoso que maneja D. Pedro às vêzes quase independentemente de sua vontade. Outra vez surge o cavaleiro, heróico nas batalhas, na organização da defesa e do ataque, amigo e companheiro dos soldados. Foi nos combates e na ação que D. Pedro realizou-se, mas foi fadado a abrir caminhos para outros, a não desfrutar das obras que realizou. Termina a campanha outra vez voltaram-se os ânimos contra D. Pedro.

Mas, seu fim aproximava-se, após ter lutado sem nunca ter perseguido um verdadeiro fim ou ideal fixo e consistente. A autora mostra-nos D. Pedro no seu leito de morte:

“...face aux médaillons peints des parois où don Quichotte s'avancait vers les moulins blancs à travers la plaine castillane pour l'impossible combat...” (9).

A imagem criada pela autora é bem um retrato do biografado, pois lendo a obra há algo em D. Pedro que recorda o cavaleiro castelhano.

A autora parece ter-se entusiasmado com a vida amorosa de D. Pedro. Com bastante graça ela nos vai narrando através da obra todos os romances vividos por D. Pedro, é um relatório completo de

(6). — Página 80.

(7). — Capítulo XVII, página 129.

(8). — Página 152.

(9). — Página 282.

suas aventuras. D. Pedro aparece-nos incorrigível, amando nunca uma mulher de cada vez, mas várias. Porém êle não é um Don Juan, e sim um Casanova, isto é, um amante galante e querido. E' também um espôso afável e pai amoroso de seus filhos legítimos e ilegítimos. A autora soube descrever tôdas as aventuras de D. Pedro, envolvendo-as com um toque romântico que as exime de acerbas críticas.

Outro fato interessante nesta obra, é que a autora parece ter-se impregnado daquele pitoresco criado pelos antigos cronistas que visitavam o Brasil. O Brasil que aparece em sua obra é um belo quadro artistico, agradável, com uma vivacidade tropical colorida e artificial. Ficou a autora na simples descrição, com raro senso artistico diga-se de passagem, do cenário histórico e geográfico. Lembra-nos um dos quadros de Tomás Eder ou uma das gravuras de Rugendas.

A autora amenizou bastante os acontecimentos históricos. Exemplo típico é a sua descrição sôbre a escravidão negra no Brasil de então, que foge bastante à realidade histórica. Faltou-lhe uma análise mais profunda dos acontecimentos, econômicos, sociais e políticos, que teriam explicado com maior realidade a vida atribulada de D. Pedro.

“Dom Pedro 1er.” de Denyse Dalbian é uma bela biografia romaneada. E' de leitura agradabilíssima pelo seu estilo literário precioso, mas não atinge os ideais de uma obra científica.

VIVALDO W. F. DAGLIONE